



Sistema **OCB/AC**

AGENDA DO COOPERATIVISMO ACREANO

PROPOSTAS PARA AS ELEIÇÕES 2026



representa**coop**

somos**coop**

#Pense
noCoop



Sumário

Mais de 50 anos de cooperativismo no acre	3
Mensagem do Presidente	4
Apresentação e método	7
Base legal e institucional já construída	10
Quadro-resumo das propopostas do cooperativismo	11
1. Segurança Jurídica, regularização fundiária e ambiente de negócios	12
2. Compras públicas e acesso a mercados	17
3. Crédito, financiamento e tributação cooperativista	20
4. Infraestrutura, logística e conectividade no interior	23
5. Bioeconomia, floresta em pé e serviços ambientais	26
6. Assistência técnica, inovação e agroindustrialização	29
7. Educação cooperativista, formação e representação institucional	32
Considerações finais	35
Anexos	37



Mais de 50 anos de cooperativismo no Acre

O cooperativismo como movimento social organizado possui uma vasta e rica história ao longo de mais de 200 anos de existência. Sendo a primeira cooperativa a apresentar os moldes e princípios atuais datada na história a pioneiros de Rochdale - Inglaterra.

No Acre a história é mais recente, Fundada em 1973 o Sistema OCB/AC vem articulando setores e pessoas através do modelo cooperativista, unificando cadeias produtivas e alcançando mercados que antes repousavam apenas no imaginário dos acreanos.

O sistema OCB/AC não é apenas uma instituição patronal e Representativa, mas atua ativamente na estrutura organizacional e na gestão das cooperativas filiadas através de suas soluções e serviços de apoio, contando com serviço técnico especializado, assessoria contábil, consultoria jurídica e articulação política.

Em retrospecto, os números alcançados reforçam o papel do modelo no Estado: o cooperativismo acreano alcançou em 2026 mais de 63,23 mil cooperados, criando 921 empregos diretos, com ingressos de R\$549,2 milhões, acumulando R\$1,2 bilhões de ativos.

Dessa forma, torna-se visível como o modelo impacta diretamente a vida de seus cooperados: gerando renda, trabalho, agregando valor aos produtos nativos e ao mesmo tempo assegurando crescimento sustentável ao longo de todo o território.

Os próximos passos passam ser claros: difundir ainda mais a cultura cooperativista no Acre e preparar cooperativas para os mercados cada vez mais exigentes em inovação e sustentabilidade.

Neste sentido, o estreitamento de laços com o poder público é de suma importância para a concretização destes objetivos - ampliando a capacidade de escuta das necessidades das cooperativas e seus cooperados. Assim, permitindo a elaboração de políticas e soluções que atendam as demandas do setor.



“O futuro do Acre passa pela capacidade de transformar potencialidades em oportunidades. E o cooperativismo, todos os dias, que é parte dessa construção.”

O Acre é um estado de vocação empreendedora, riqueza socioambiental incomparável e enorme potencial de desenvolvimento. Nossa gente, nossos recursos naturais, nossas cadeias produtivas e nossa capacidade de inovar formam uma base sólida para a construção de um futuro mais próspero, sustentável e inclusivo. O grande desafio que se apresenta à sociedade acreana é transformar esse potencial em oportunidades concretas para as pessoas, fortalecendo a economia, gerando renda, promovendo inclusão e ampliando a qualidade de vida em todas as regiões do estado.

Nesse contexto, o cooperativismo tem ocupado um papel cada vez mais relevante. Presente nos mais diversos segmentos da economia, o modelo cooperativista promove união de esforços, geração de oportunidades e desenvolvimento com distribuição de resultados. No Acre, as cooperativas atuam nos ramos agropecuário, agroextrativista, agricultura familiar, crédito, saúde, transporte, trabalho, produção e em diversas outras atividades que contribuem diariamente para o fortalecimento dos municípios e das comunidades.

Os números demonstram a dimensão desse movimento. O cooperativismo acreano reúne mais de 63 mil cooperados, gera empregos, movimenta mais de R\$ 1 bilhão em ativos e contribui significativamente para a dinamização da economia local. Mais do que números, porém, esses resultados representam famílias produzindo, empreendendo e construindo seu futuro por meio da cooperação. Representam comunidades fortalecidas, oportunidades criadas e riqueza circulando nos próprios territórios onde é gerada.

Entretanto, a maior força do cooperativismo não está apenas em seus indicadores econômicos. Ela está na capacidade de construir soluções coletivas para desafios complexos. Em um estado marcado por grandes distâncias, desafios logísticos e forte presença da agricultura familiar, das populações tradicionais e do extrativismo, as cooperativas desempenham um papel estratégico na organização da produção, no acesso ao crédito, na assistência técnica, na agregação de valor, na geração de emprego e na ampliação de mercados para milhares de acreanos.

Ao longo dos anos, o **Sistema OCB/AC** tem acompanhado de perto a evolução do cooperativismo no estado e participado ativamente dos debates sobre desenvolvimento regional. Essa trajetória permitiu acumular experiências, construir parcerias, compreender desafios e identificar oportunidades nas mais diversas cadeias produtivas e setores da economia acreana. Cada conquista alcançada pelas cooperativas fortaleceu também a convicção de que o cooperativismo é parte da solução para muitos dos desafios que o Acre ainda precisa superar.

A Agenda Propostas para um **Acre Mais Cooperativo 2027-2030** é resultado dessa caminhada. Ela foi construída a partir de um amplo processo de escuta realizado junto aos dirigentes, cooperados, técnicos e lideranças dos diversos ramos do cooperativismo acreano. É fruto do diálogo, da experiência prática de quem vive diariamente a realidade dos territórios e do conhecimento acumulado por nossa instituição em sua missão de representar, fortalecer e desenvolver o cooperativismo em nosso estado. Mais do que reunir propostas, este documento traduz uma visão coletiva sobre os caminhos capazes de ampliar oportunidades, fortalecer os municípios e impulsionar o desenvolvimento sustentável do Acre.

As prioridades aqui apresentadas abordam temas essenciais para o futuro do estado, como segurança jurídica, regularização fundiária, acesso ao crédito, infraestrutura, inovação, assistência técnica, educação, bioeconomia, sustentabilidade e fortalecimento dos mercados. São agendas que dialogam diretamente com as necessidades da população acreana e com os desafios enfrentados por quem produz, empreende e gera desenvolvimento em todas as regiões do Acre.

Vivemos um momento de grandes transformações econômicas, tecnológicas e ambientais. Ao mesmo tempo em que surgem novos desafios, também se abrem oportunidades extraordinárias para estados capazes de valorizar seus diferenciais competitivos. O Acre reúne condições únicas para liderar uma agenda de desenvolvimento baseada na bioeconomia, na produção sustentável, na valorização da sociobiodiversidade, na inclusão produtiva e na inovação. O cooperativismo está preparado para contribuir de forma decisiva com essa construção.

Por isso, o Sistema OCB/AC apresenta esta Agenda aos candidatos e candidatas aos Poderes Executivo e Legislativo, às equipes responsáveis pela formulação de políticas públicas e à sociedade acreana com espírito de diálogo, cooperação e compromisso com o interesse coletivo. Nosso objetivo é contribuir para a construção de soluções capazes de gerar resultados duradouros para o estado, fortalecendo a economia, ampliando oportunidades e promovendo desenvolvimento com responsabilidade social e ambiental.

Temos convicção de que o Acre possui todas as condições para viver um novo ciclo de crescimento e prosperidade. Acreditamos na força do seu povo, na capacidade empreendedora das suas comunidades, no potencial dos seus territórios e no valor da cooperação como instrumento de transformação social e econômica.

O cooperativismo acredita no Acre. Acredita que é possível gerar riqueza com inclusão, produzir com sustentabilidade, inovar sem perder nossas raízes e construir um futuro em que desenvolvimento e qualidade de vida caminhem lado a lado. Acima de tudo, acredita que a cooperação continuará sendo uma das principais forças para transformar desafios em oportunidades e oportunidades em prosperidade para as atuais e futuras gerações de acreanos.

Manoel Valdemiro Francalino da Rocha
Presidente do SISTEMA OCB/AC



Apresentação e Método

O documento **Propostas para um Acre Mais Cooperativo 2027-2030** reúne as prioridades estratégicas construídas pelo cooperativismo acreano para contribuir com a formulação das políticas públicas que orientarão o próximo ciclo de desenvolvimento do Estado do Acre. Destina-se aos candidatos e candidatas aos Poderes Executivo e Legislativo, bem como às equipes responsáveis pela elaboração de programas de governo, agendas legislativas e propostas de desenvolvimento regional.

Mais do que apresentar demandas setoriais, esta Agenda busca demonstrar como o cooperativismo pode contribuir para enfrentar desafios históricos do estado, ampliar oportunidades econômicas, fortalecer a inclusão produtiva e promover o desenvolvimento sustentável dos territórios acreanos. Em diferentes regiões do Brasil e do mundo, as cooperativas têm demonstrado capacidade de organizar cadeias produtivas, gerar trabalho e renda, democratizar o acesso ao crédito, ampliar a oferta de serviços essenciais e fortalecer economias locais. No Acre, essa contribuição ganha relevância ainda maior diante das características geográficas, sociais e ambientais do estado.

Em municípios distantes dos grandes centros, em áreas rurais, reservas extrativistas e comunidades tradicionais, as cooperativas frequentemente representam uma das principais estruturas de organização econômica e social. Elas conectam pequenos produtores aos mercados, promovem assistência técnica, agregam valor à produção local e contribuem para que a riqueza gerada permaneça circulando nas próprias comunidades. Dessa forma, o fortalecimento do cooperativismo não beneficia apenas os cooperados, mas produz impactos positivos para toda a sociedade, especialmente em termos de geração de renda, inclusão econômica e desenvolvimento regional.

O cooperativismo acreano também exerce papel relevante em áreas estratégicas para a qualidade de vida da população. No segmento da saúde, as cooperativas ampliam a oferta de serviços especializados, contribuem para a fixação de profissionais qualificados e fortalecem a infraestrutura regional de atendimento. No segmento financeiro, as cooperativas de crédito promovem inclusão bancária, democratizam o acesso a financiamentos, apoiam pequenos empreendimentos urbanos e rurais e estimulam investimentos produtivos capazes de impulsionar a economia local.

As propostas apresentadas são resultado de um amplo processo de escuta conduzido pelo **Sistema OCB/AC** junto aos diferentes ramos do cooperativismo estadual. Dirigentes, cooperados, técnicos e lideranças debateram desafios, oportunidades e soluções para o fortalecimento das cooperativas e para o desenvolvimento do Acre. As **151 proposições** originalmente apresentadas foram organizadas em sete eixos estratégicos, permitindo a consolidação de uma visão integrada e representativa das prioridades do movimento cooperativista acreano.

O cooperativismo que move o Acre

O cooperativismo acreano é hoje um importante agente de desenvolvimento econômico e social. Presente em diferentes ramos de atividade, sua atuação alcança desde a agricultura familiar e o agroextrativismo até os setores de crédito, saúde, transporte, trabalho e produção. Essa diversidade demonstra a capacidade do modelo cooperativista de responder a desafios distintos, promovendo soluções econômicas e sociais adaptadas à realidade dos territórios onde está inserido.

Segundo dados do Sistema OCB, o Acre conta com **71 cooperativas registradas**. Considerando a atuação conjunta das cooperativas sediadas no estado e das unidades pertencentes a sistemas cooperativos presentes em diferentes regiões acreanas, o movimento alcança mais de 63 mil cooperados, gera centenas de empregos diretos e movimenta volumes expressivos de ativos, ingressos e sobras que permanecem circulando na economia local.

Esses números demonstram que o cooperativismo deixou de ser apenas uma alternativa organizacional para se consolidar como um componente relevante da economia acreana.

A importância desse modelo torna-se ainda mais evidente quando observada a realidade territorial do Acre. Trata-se de um estado amazônico caracterizado por grandes distâncias, forte presença de áreas protegidas, dependência de infraestrutura logística complexa e elevado peso da agricultura familiar e das atividades extrativistas. Nesses contextos, as cooperativas desempenham papel fundamental ao promover escala produtiva, acesso a mercados, assistência técnica, serviços financeiros e organização econômica para milhares de famílias.

Além dos resultados econômicos, o cooperativismo produz benefícios sociais relevantes. O modelo favorece a distribuição dos resultados gerados pela atividade econômica, fortalece a permanência das famílias em seus territórios, estimula processos de sucessão rural e promove uma lógica de desenvolvimento baseada na cooperação, na participação democrática e na construção coletiva de soluções.

Em âmbito nacional, o cooperativismo reúne milhões de cooperados e contribui de forma significativa para a produção agropecuária, a inclusão financeira, a geração de empregos e a prestação de serviços essenciais. O Acre integra esse movimento demonstrando que desenvolvimento econômico, inclusão produtiva e conservação ambiental podem caminhar juntos, especialmente quando as políticas públicas reconhecem e potencializam o papel das cooperativas como parceiras do desenvolvimento regional.



Base legal e institucional já construída

Esta Agenda está fundamentada em importantes avanços institucionais e normativos já construídos ao longo das últimas décadas pelo Estado do Acre e pelo movimento cooperativista. Parte significativa das propostas apresentadas busca conferir plena efetividade a instrumentos legais e compromissos institucionais já existentes.

Lei Estadual nº 1.598, de 27 de dezembro de 2004 **Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo**

A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo estabelece mecanismos de incentivo, fomento e fortalecimento das cooperativas no Acre. Entre seus instrumentos estão a promoção de assistência técnica, capacitação, incentivos financeiros e fiscais, apoio à participação das cooperativas em processos de contratação pública e o fortalecimento de estruturas de financiamento voltadas ao desenvolvimento cooperativista.

A legislação também reconhece a importância do cooperativismo para a formação educacional e para a execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Trata-se de uma base institucional consistente, que oferece as condições necessárias para ampliar a contribuição das cooperativas ao crescimento econômico sustentável do estado.

O que essa base representa para a próxima gestão

O Acre já dispõe de instrumentos legais e institucionais capazes de apoiar o desenvolvimento cooperativista. As propostas apresentadas nesta Agenda indicam caminhos para aprimorar sua implementação e ampliar seus resultados, fortalecendo a parceria entre o poder público e as cooperativas na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Quadro-resumo das propostas do cooperativismo

1 Segurança Jurídica, regularização fundiária e ambiente de negócios

- Regularização fundiária e ambiental
- Validação de CAR
- segurança jurídica das cooperativas de trabalho e saúde
- Marco do transporte

2 Compras públicas e acesso a mercados

- PNAE e PAA por cooperativas
- percentual mínimo
- Selo cooperativo acreano
- Participação em Licitações
- Mercado Externo

3 Crédito, financiamento e tributação cooperativista

- Linhas estaduais
- Fundo garantidor
- Reativação do FAC
- Cooperativas de crédito na folha do Estado
- Desoneração do ICMS
- Subvenções da borracha e castanha
- Pronaf amazônico

4 Infraestrutura, logística e conectividade no Interior

- Ramais e estradas
- Energia trifásica e internet
- Armazenagem
- Plano estadual de logística

5 Bicoeconomia, floresta em pé e Serviços Ambientais

- Incentivos à bioindústria
- PSA
- Mercado de carbono
- Industrialização da sociobiodiversidade

5 Assistência técnica, inovação e agroindustrialização

- ATER cooperativa
- Melhoramento genético
- Agroindústrias
- Certificações
- Transformação digital

7 Educação cooperativista, formação representativa Institucional

- Cooperativismo nas escolas
- escola do campo
- povos indígenas e comunidades tradicionais
- parcerias IFAC/UFAC
- representação em conselhos



**Segurança Jurídica,
regularização
fundiária e ambiente
de negócios**



Sistema OCB/AC

somos **COOP»**



Sistema OCB/AC

A segurança jurídica constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico sustentável. Em qualquer atividade produtiva, a previsibilidade das regras, a estabilidade institucional e a garantia de direitos são condições indispensáveis para estimular investimentos, ampliar a produtividade e criar oportunidades de geração de renda. No Acre, esse desafio assume uma dimensão particular em razão das características territoriais, ambientais e fundiárias do estado.

Grande parte das atividades desenvolvidas pelas cooperativas está diretamente relacionada ao uso sustentável da terra, ao manejo dos recursos naturais e à produção agropecuária e agroextrativista. Nesse contexto, a regularização fundiária e ambiental deixa de ser apenas uma questão administrativa e passa a representar uma condição essencial para o fortalecimento das cadeias produtivas, para a ampliação do acesso ao crédito e para a atração de novos investimentos. Produtores que não dispõem de documentação regularizada encontram dificuldades para acessar políticas públicas, obter financiamentos, ampliar sua produção e estabelecer relações comerciais de longo prazo.

A situação torna-se ainda mais complexa diante da existência de pendências relacionadas à validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), processos de titulação não concluídos, áreas com embargos pendentes de análise, sobreposições territoriais e desafios relacionados à gestão de assentamentos rurais, reservas extrativistas e outras áreas de interesse econômico e ambiental. A superação desses obstáculos exige articulação institucional entre os diversos órgãos envolvidos, além de planejamento capaz de conciliar segurança jurídica, desenvolvimento produtivo e conservação ambiental.

A regularização territorial produz efeitos positivos que se estendem muito além da propriedade rural. Ao assegurar maior segurança para produtores e empreendimentos, cria condições para a expansão das atividades econômicas, estimula investimentos em tecnologia, fortalece a inserção dos produtos acreanos em novos mercados e amplia a capacidade de geração de emprego e renda nos municípios do interior. Trata-se, portanto, de uma agenda que beneficia não apenas o setor produtivo, mas o conjunto da sociedade acreana.

Nesse contexto, merece destaque o papel desempenhado pelas cooperativas de crédito na promoção do desenvolvimento regional. Presentes em todas as regiões do país e com atuação crescente no Acre, essas instituições financeiras cooperativas ampliam o acesso a produtos e serviços financeiros, especialmente para agricultores familiares, pequenos empreendedores, cooperativas de produção e comunidades tradicionalmente menos atendidas pelo sistema financeiro convencional. Sua atuação contribui para democratizar o crédito, estimular investimentos produtivos e fortalecer a circulação de recursos dentro da própria economia local.

O cooperativismo de crédito representa hoje um importante parceiro das políticas de desenvolvimento regional. Além de ampliar a inclusão financeira e fomentar o empreendedorismo, as cooperativas de crédito apoiam a agricultura familiar, os pequenos negócios e os empreendimentos coletivos, contribuindo para a dinamização da economia local e para a geração de oportunidades nos municípios.

Seu diferencial está na proximidade com as comunidades e no compromisso com o desenvolvimento dos territórios onde atuam, reinvestindo os resultados gerados em benefício dos próprios cooperados e da economia regional.

Entretanto, a plena capacidade de financiamento do desenvolvimento rural, da bioeconomia e das cadeias produtivas cooperativas depende da superação de entraves relacionados à segurança jurídica e fundiária. A regularização da posse e da propriedade da terra, a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a maior previsibilidade dos processos administrativos ampliam as condições para a estruturação de operações de crédito, reduzem riscos e fortalecem os mecanismos de financiamento voltados às atividades produtivas. Avançar nessa agenda significa, portanto, potencializar a capacidade das cooperativas de crédito de apoiar o crescimento econômico sustentável do Acre.

Além dos desafios fundiários e ambientais, o cooperativismo acreano identifica a necessidade de aperfeiçoar o ambiente regulatório aplicável aos diferentes ramos de atividade. Cooperativas que atuam nos segmentos de saúde, transporte, trabalho e prestação de serviços necessitam de maior previsibilidade normativa e de ambientes institucionais que assegurem concorrência leal, segurança jurídica e clareza nas relações com a administração pública. A existência de marcos regulatórios estáveis contribui para reduzir inseguranças, promover investimentos e ampliar a capacidade dessas organizações de prestar serviços de interesse público e econômico.

Outro aspecto relevante refere-se à modernização e à simplificação dos processos administrativos que impactam diretamente a atividade das cooperativas. A racionalização de procedimentos, a integração de sistemas, a digitalização de serviços públicos e a redução de etapas desnecessárias podem gerar ganhos expressivos de eficiência tanto para o poder público quanto para os empreendimentos cooperativos. Em um estado marcado por grandes distâncias geográficas, a desburocratização torna-se um importante instrumento de inclusão econômica, aumento da competitividade e melhoria do ambiente de negócios.

O fortalecimento da segurança jurídica também possui estreita relação com a agenda ambiental. A crescente valorização da sustentabilidade nos mercados nacionais e internacionais exige mecanismos institucionais que ofereçam segurança para produtores comprometidos com práticas responsáveis. Avançar na regularização ambiental, na validação de cadastros e na construção de instrumentos de governança territorial contribui para ampliar oportunidades econômicas, fortalecer a bioeconomia e consolidar a imagem do Acre como referência em produção sustentável.

A segurança jurídica não deve ser compreendida apenas como uma agenda fundiária ou ambiental. Trata-se de uma política estruturante para o desenvolvimento do Acre, capaz de produzir efeitos positivos sobre o acesso ao crédito, a atração de investimentos, a ampliação da produção, a geração de emprego e renda e a arrecadação pública. Quanto maior a segurança para quem produz e investe, maiores serão as condições para o crescimento sustentável da economia acreana.

Diante desse cenário, a construção de um ambiente de negócios mais favorável requer atuação coordenada entre os poderes públicos, instituições de controle, órgãos fundiários, entidades ambientais, instituições financeiras cooperativas e organizações representativas do setor produtivo. O fortalecimento da segurança jurídica, aliado à ampliação do acesso ao crédito e aos investimentos, constitui uma estratégia estruturante para aumentar a competitividade das cadeias produtivas acreanas, promover inclusão econômica e impulsionar o desenvolvimento dos municípios. O cooperativismo acreano coloca-se como parceiro nesse processo, contribuindo com sua presença territorial, sua capacidade de organização e sua experiência na promoção do desenvolvimento econômico com inclusão social e responsabilidade ambiental.

DIRETRIZ PRIORITÁRIA:

Assegurar segurança jurídica ao cooperativismo Acreano por meio da regularização fundiária e ambiental, da validação dos passivos relacionados ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), da simplificação dos processos administrativos e da construção de marcos regulatórios estáveis que favoreçam o desenvolvimento sustentável das cooperativas em todos os ramos de atividade.



Propostas

1

Multirão estadual de regularização fundiária e ambiental, com força-tarefa junto a órgãos ambientais para validação urgente dos CAR pendentes e tratamento das áreas embargadas de cooperados.

2

Conclusão da titulação definitiva de polos e assentamentos do INCRA, como condição para acesso ao crédito.

3

Agilização do CAR e demais licenciamentos necessários à produção sustentável, com prazos definidos.

4

Balcão único de licenciamento ambiental para agroindústrias de pequeno porte, com decisão em até 60 dias.

5

Atualização e conclusão do recadastramento da Reserva Extrativista Chico Mendes e revisão pactuada do plano de utilização dos territórios de reserva.

6

Resolução das sobreposições de limites interestaduais (divisas com Amazonas e Rondônia) que afetam produtores acreanos.

7

Integração entre regularização fundiária, crédito rural e política ambiental num fluxo único, com governança territorial permanente e atualização do censo rural.

8

Marco regulatório estadual do transporte e da logística de cargas, com órgão gestor estadual e fortalecimento da fiscalização intermunicipal e interestadual.

9

Política estadual de segurança jurídica para as cooperativas de trabalho e saúde, com prevenção de passivos trabalhistas.

10

Desburocratização dos processos públicos que envolvem cooperativas, com simplificação e digitalização.

2

**Compras públicas e
acesso a mercados**



SistemaOCB/AC

somos **coop»**

As compras públicas representam um dos instrumentos mais eficazes à disposição dos governos para promover o desenvolvimento econômico local e estimular cadeias produtivas estratégicas. Quando utilizadas de forma planejada, permitem que os recursos públicos gerem impactos positivos que vão além da contratação de bens e serviços, contribuindo também para a geração de renda, a organização da produção e o fortalecimento de pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possuem relevância especial para a agricultura familiar organizada em cooperativas. Além de garantirem alimentação de qualidade e segurança nutricional para estudantes e famílias, esses programas criam mercados estáveis para pequenos produtores e promovem o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Embora existam avanços importantes, ainda persistem desafios relacionados à operacionalização desses programas, especialmente em municípios que enfrentam dificuldades técnicas ou estruturais para execução das compras. Em muitos casos, os editais são publicados, mas os processos não se convertem integralmente em aquisições efetivas, reduzindo os impactos positivos esperados para produtores e beneficiários.

A atuação das cooperativas pode contribuir significativamente para superar esses obstáculos. Ao reunir produtores, organizar a oferta, garantir escala de fornecimento e profissionalizar processos logísticos e administrativos, as cooperativas ampliam a eficiência da execução das políticas públicas e fortalecem o abastecimento institucional. Ao mesmo tempo, promovem maior segurança para os agricultores familiares e geram benefícios econômicos para os municípios.

Além da agricultura familiar, é fundamental ampliar as condições de acesso das cooperativas aos diferentes mercados públicos e privados, assegurando tratamento isonômico nos processos licitatórios, valorizando a produção local e promovendo mecanismos que fortaleçam a identidade dos produtos acreanos nos mercados nacional e internacional.

DIRETRIZ PRIORITÁRIA:

Ampliar e facilitar a participação das cooperativas nas compras públicas e promover o acesso a mercados por meio de instrumentos que valorizem a produção cooperativista acreana.



Propostas

- 1** Execução do PNAE e do PAA prioritariamente por cooperativas, otimizando prazos e reduzindo o número de processos, conforme a legislação do PNAE.
- 2** Percentual mínimo garantido de compras públicas para cooperativas locais – proposta de piso de 40% do PAA e PNAE estaduais
- 3** Apoio estadual à formulação de projetos para que todos os municípios consigam executar o PNAE, e não apenas publicar o edital.
- 4** Melhoria das rotas de entrega dos produtos do PNAE, com apoio logístico e pactuação na redefinição das rotas;
- 5** Garantia da absorção da produção por laticínios e indústrias regionais, priorizando produtos cooperativos na merenda escolar e nas compras governamentais.
- 6** Criação do Selo Cooperativo Acreano e apoio ao uso da Indicação Geográfica, para agregar valor e abrir mercados nacional e internacional.
- 7** Participação isonômica das cooperativas em licitações de transporte (escolar, público, cargas e locação), saúde (atendimento médico, odontológico e de enfermagem) e demais serviços, conforme as Leis nº 14.133/2021 e nº 5.764/1971.
- 8** Garantia de pagamento em dia dos contratos firmados com cooperativas pelo poder público.
- 9** Programa de compras governamentais de incentivo ao transporte e à logística regional, com ampliação do alcance da Lei nº 3.889/2021
- 10** Inclusão das cooperativas de transporte nas rotas de logística de exportação, considerando o corredor de integração com o Pacífico.

3

**Crédito, financiamento
e tributação
cooperativista**



Sistema OCB/AC

somos **COOP**»

O acesso ao crédito continua sendo um dos principais desafios para o desenvolvimento das atividades produtivas no Acre. Embora o estado possua forte potencial para expansão da agricultura familiar, do agroextrativismo, da bioeconomia e das pequenas agroindústrias, grande parte dos produtores ainda encontra dificuldades para acessar recursos financeiros compatíveis com suas necessidades de investimento e com a realidade amazônica.

Essa realidade é agravada por fatores estruturais como a pendência de regularização fundiária em diversas regiões, as limitações relacionadas às garantias exigidas pelas operações financeiras convencionais e as características específicas dos sistemas produtivos amazônicos, que frequentemente não se enquadram nos modelos tradicionais de análise de risco adotados por instituições financeiras. Como consequência, muitas cooperativas deixam de realizar investimentos importantes em infraestrutura, industrialização, mecanização e inovação produtiva.

Ao mesmo tempo, o cooperativismo de crédito tem demonstrado capacidade crescente de inclusão financeira, alcançando municípios e comunidades onde a presença de instituições bancárias tradicionais é reduzida. A expansão desse modelo contribui para democratizar o acesso ao crédito, fortalecer pequenos negócios urbanos e rurais e ampliar a circulação de recursos dentro da própria economia local.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de consolidação de um ambiente tributário que reconheça adequadamente as especificidades do ato cooperativo. A segurança jurídica tributária é fundamental para assegurar previsibilidade aos empreendimentos cooperativos e estimular novos investimentos, especialmente em setores estratégicos para o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, ampliar o acesso a financiamento, fortalecer mecanismos de garantia, aperfeiçoar instrumentos de incentivo e assegurar tratamento tributário adequado representa uma condição essencial para impulsionar o crescimento sustentável do cooperativismo acreano e ampliar sua contribuição para o desenvolvimento econômico do estado.

DIRETRIZ PRIORITÁRIA:

Ampliar o acesso das cooperativas acreanas a crédito, garantias e instrumentos financeiros adequados às características da produção amazônica e do modelo cooperativista, assegurando ambiente tributário favorável ao seu desenvolvimento.



Propostas

1

Criação de linhas estaduais de crédito com juros subsidiados para capital de giro e investimento das cooperativas, especialmente da produção familiar organizada.

2

Instituição de um Fundo Garantidor de operações de crédito adequado à realidade das comunidades rurais amazônicas.

3

Desoneração de ICMS para insumos e para o produto da agricultura familiar cooperada.

4

Tratamento tributário que reconheça o ato cooperativo, assegurando a correta aplicação do regime específico previsto na EC 132/2023 e na LC 214/2025 nas normas

5

Reativação e dotação orçamentária adequada do Fundo de Apoio ao Cooperativismo (FAC), vinculado à SEPLANDS, para financiar capacitação, assistência técnica e projetos sustentáveis.

6

Atualização e pagamento em dia da subvenção econômica da borracha e instituição da subvenção econômica da castanha.

7

Defesa, junto ao Governo Federal, da criação de um PRONAF Amazônico e da revisão dos critérios operacionais do CAF.

8

Crédito vinculado ao planejamento técnico: linhas de financiamento, emendas parlamentares e subsídios para infraestrutura produtiva (resfriamento, ordenha, água, energia) com base em diagnóstico.

9

Programa de subsídio à mecanização (modelo hora/trator) e incentivo fiscal ao melhoramento genético do rebanho (IATF) para pequenos e médios produtores.

10

Incentivo fiscal à geração de energia por cooperativas e unidades produtoras (validar marco legal).

4

**Infraestrutura, logística
e conectividade no
interior**



Sistema OCB/AC

somos **coop»**

A infraestrutura continua sendo um dos fatores mais determinantes para a competitividade da economia acreana. Em um estado marcado por grandes distâncias geográficas, significativa dispersão populacional e forte dependência da produção rural, a qualidade da malha viária e dos serviços de logística exerce influência direta sobre os custos de produção, a renda das famílias e a capacidade de inserção dos produtos locais nos mercados consumidores.

A situação dos ramais representa uma preocupação recorrente em praticamente todos os segmentos do cooperativismo acreano. Durante o período de chuvas, as dificuldades de trafegabilidade comprometem o escoamento da produção, aumentam perdas econômicas e limitam o acesso dos produtores a serviços públicos essenciais. Mais do que uma demanda relacionada à atividade econômica, a infraestrutura rural adequada constitui requisito fundamental para a garantia da mobilidade, da cidadania e da qualidade de vida das populações do campo.

Além das estradas, o desenvolvimento produtivo exige investimentos consistentes em energia elétrica de qualidade, conectividade digital e estruturas de armazenagem. A ausência desses serviços limita o processo de agregação de valor, dificulta o funcionamento de agroindústrias, reduz a competitividade dos empreendimentos rurais e restringe o uso de tecnologias capazes de elevar a produtividade e a sustentabilidade dos sistemas produtivos.

Outro elemento estratégico refere-se à integração logística do Acre aos mercados nacionais e internacionais. A consolidação de corredores de transporte, a melhoria das conexões rodoviárias e o fortalecimento das rotas comerciais representam oportunidades importantes para ampliar a competitividade da produção local e atrair novos investimentos para o estado.

O enfrentamento desses desafios demanda planejamento de longo prazo, coordenação entre os diferentes níveis de governo e diálogo permanente com os setores produtivos. Investir em infraestrutura significa criar condições para o crescimento econômico, fortalecer cadeias produtivas e ampliar oportunidades para milhares de famílias acreanas.

DIRETRIZ PRIORITÁRIA:

Garantir infraestrutura adequada para a produção cooperativa, ampliar a integração logística do estado e fortalecer a conectividade das comunidades rurais e florestais.



Propostas

1

Programa permanente de recuperação e manutenção de ramais e estradas ligadas ao setor produtivo, com cronograma por regional. (Prioridade transversal do movimento.

2

Conclusão de obras de infraestrutura paradas, com atenção às pontes inacabadas que interrompem o acesso às propriedades.

3

Programa de eletrificação rural trifásica, com qualidade e estabilidade de fornecimento, e internet no campo.

4

Estruturação de armazenagem no interior: entrepostos, câmaras frias, silos graneleiros e pontos de recolhimento, em parceria Estado-Cooperativa.

5

Programa de segurança hídrica: açudes e projetos de irrigação para cooperativas da agricultura familiar.

6

Plano Estadual de Logística do Acre, articulando transporte nacional e internacional e o corredor de integração com o Pacífico.

7

Fomento à modernização das frotas das cooperativas de transporte, com incentivo a veículos mais novos e eficientes.

8

BR-364 em pauta federal permanente: articulação com a bancada federal por uma solução definitiva no trecho da divisa de Rondônia até Cruzeiro do Sul.

5

**Bioeconomia, floresta
em pé e serviços
ambientais**



SistemaOCB/AC

somos **coop»**



SistemaOCB/AC

O Acre reúne características únicas para se consolidar como referência em bioeconomia e desenvolvimento sustentável. Sua vasta cobertura florestal, a diversidade de ativos da sociobiodiversidade e o conhecimento acumulado por populações tradicionais, agricultores familiares e extrativistas constituem uma base estratégica para a geração de riqueza associada à conservação ambiental.

Nas últimas décadas, cadeias produtivas ligadas à castanha-do-brasil, à borracha natural, aos óleos vegetais, ao açaí, ao café amazônico e a outros produtos florestais demonstraram que é possível gerar renda e oportunidades econômicas a partir do uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, o estado ainda enfrenta desafios relacionados à industrialização, agregação de valor e inserção competitiva desses produtos em mercados de maior valor agregado.

Ao mesmo tempo, cresce em todo o mundo a demanda por produtos e serviços associados à sustentabilidade ambiental, às baixas emissões de carbono e à conservação da biodiversidade. Esse cenário abre novas oportunidades para o Acre ampliar sua participação em mercados especializados e fortalecer o protagonismo de suas cooperativas na chamada economia verde.

A remuneração pelos serviços ambientais prestados por produtores e comunidades que conservam a floresta representa outro importante instrumento de desenvolvimento. Mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais, iniciativas ligadas ao mercado de carbono e programas de incentivo à conservação ambiental podem contribuir para diversificar fontes de renda e fortalecer a sustentabilidade econômica das famílias rurais.

Nesse contexto, o cooperativismo apresenta-se como uma ferramenta estratégica para organizar a produção, ampliar o acesso a mercados, captar investimentos e promover a agregação de valor à sociobiodiversidade acreana, transformando potencial ambiental em oportunidades concretas de desenvolvimento.

DIRETRIZ PRIORITÁRIA:

Consolidar o cooperativismo acreano como protagonista da bioeconomia amazônica, promovendo a agregação de valor à sociobiodiversidade e ampliando os instrumentos de valorização econômica da floresta em pé.



Propostas

1

Modernização da política estadual de incentivos fiscais para agroindústrias e bioindústrias, com tratamento diferenciado a quem utiliza matéria-prima da agricultura familiar, do extrativismo e dos sistemas agroflorestais.

2

Apoio à implantação e modernização de agroindústrias cooperativas para a castanha, a borracha, as frutas amazônicas, o café, o mel, o palmito de pupunha e os óleos vegetais.

3

Fortalecimento e ampliação do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e criação de política estadual de remuneração da produção sustentável.

4

Garantia da participação das cooperativas nos mercados regulado e voluntário de carbono, com segurança jurídica para projetos de bioeconomia.

5

Bonificação a produtores que conservem a cobertura florestal e ampliação dos programas de incentivo à manutenção da floresta em pé.

6

Apoio a projetos de restauração produtiva, reflorestamento e sistemas agroflorestais, e à recuperação de áreas degradadas próximas ao setor produtivo.

7

Industrialização da madeira de manejo florestal sustentável certificado.

8

Captação de recursos nacionais e internacionais da agenda climática, com linha de assistência técnica dedicada a capacitar cooperativas em acesso a editais e elaboração de projetos.

9

Ampliação do acesso ao Programa ABC+ (Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária).

6

**Assistência técnica,
inovação e
agroindustrialização**



Sistema OCB/AC

somos **coop»**

A competitividade das cadeias produtivas depende cada vez mais da capacidade de gerar conhecimento, incorporar tecnologias e transformar produção primária em produtos de maior valor agregado. Nesse cenário, a assistência técnica e a extensão rural desempenham papel decisivo para elevar a produtividade, melhorar a gestão dos empreendimentos e ampliar a renda das famílias produtoras.

No Acre, entretanto, a extensão territorial, a dispersão das comunidades rurais e a limitação da estrutura pública de assistência técnica ainda representam desafios significativos. As cooperativas possuem importante potencial para contribuir nesse processo, uma vez que mantêm presença direta nos territórios, conhecem a realidade produtiva de seus cooperados e já desenvolvem ações de orientação técnica em diversas cadeias produtivas

O fortalecimento de modelos cooperativos de assistência técnica pode ampliar o alcance das políticas públicas e promover maior eficiência na utilização dos recursos destinados ao desenvolvimento rural. Essa estratégia permite aproveitar estruturas já existentes, fortalecer a organização produtiva e garantir acompanhamento técnico contínuo aos produtores.

Paralelamente, a inovação tecnológica e a agroindustrialização representam oportunidades fundamentais para agregar valor à produção local. O fortalecimento de agroindústrias cooperativas, o acesso a certificações, o melhoramento genético, a transformação digital e a adoção de tecnologias sustentáveis podem ampliar a competitividade dos empreendimentos acreanos e elevar sua capacidade de geração de renda.

Investir em conhecimento, inovação e agroindustrialização significa criar condições para que a produção acreana avance em qualidade, produtividade e valor agregado, fortalecendo o papel das cooperativas como indutoras do desenvolvimento regional.

DIRETRIZ PRIORITÁRIA:

Fortalecer a assistência técnica, a inovação e a agroindustrialização cooperativas como instrumentos de aumento da produtividade, agregação de valor e desenvolvimento sustentável dos territórios.



Propostas

1

Modelo de ATER em convênio com as cooperativas, reconhecendo e financiando a assistência técnica prestada por técnicos das próprias cooperativas, de forma pública e gratuita ao cooperado.

2

Ampliação e renovação do quadro estadual de ATER, com aproveitamento de profissionais experientes e ingresso de jovens técnicos.

3

Implantação de pequenas agroindústrias cooperativas e incentivos fiscais à agroindustrialização da produção familiar.

4

Programa estadual de melhoramento genético (bovino e de pastagem) e de sanidade, com fortalecimento do órgão estadual de defesa agropecuária.

5

Programa AcreLeite 15+: projeto-piloto de produtividade leiteira com acompanhamento técnico continuado, metas trimestrais e integração entre SENAR, SEAGRO, Embrapa e cooperativas.

6

Transformação digital das cooperativas, com programas de adoção tecnológica e gestão profissional (controle financeiro e zootécnico).

7

Estruturação de laboratórios regionais de análise e certificação e viveiros regionais de mudas.

8

Capacitação em certificação orgânica e demais certificações, incluindo os técnicos responsáveis pela emissão do CAF.

9

Fomento a novas cadeias produtivas (ex.: piscicultura) como fontes complementares de renda.

7

**Educação
cooperativista,
formação e
representação
institucional**



Sistema OCB/AC

somos **COOP»**

O desenvolvimento do cooperativismo depende diretamente da formação de pessoas capazes de liderar empreendimentos, gerir organizações e construir soluções coletivas para os desafios econômicos e sociais de seus territórios. Investir em educação cooperativista significa fortalecer a cultura da cooperação, preparar novas lideranças e ampliar a capacidade de inovação e sustentabilidade das cooperativas.

Nesse sentido, a inclusão dos princípios do cooperativismo, do empreendedorismo e da educação financeira nos processos educacionais pode contribuir para formar jovens mais preparados para atuar em suas comunidades e participar ativamente do desenvolvimento local. Em um estado marcado pela forte presença da agricultura familiar e das atividades rurais, essa formação também representa importante ferramenta para estimular a sucessão familiar e ampliar oportunidades para as novas gerações.

Além da educação básica, torna-se fundamental aproximar a formação técnica e profissional das necessidades concretas dos territórios. O fortalecimento das parcerias com universidades, institutos federais e centros de formação profissional pode ampliar o acesso ao conhecimento, estimular a inovação e apoiar o desenvolvimento das principais cadeias produtivas do estado.

Do ponto de vista institucional, as cooperativas também possuem contribuições relevantes para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. A presença do cooperativismo nos espaços de diálogo e governança permite incorporar a experiência prática dos territórios aos processos de tomada de decisão, fortalecendo a qualidade das políticas e ampliando sua efetividade.

Ao investir em educação, qualificação profissional e participação institucional, o Acre fortalece não apenas suas cooperativas, mas também sua capacidade de construir soluções inovadoras, inclusivas e sustentáveis para os desafios do desenvolvimento regional.

DIRETRIZ PRIORITÁRIA:

Formar as pessoas do cooperativismo e assegurar a representação institucional do setor nos espaços de formulação de políticas públicas.



Propostas

1

Inclusão do cooperativismo, do empreendedorismo e da educação financeira nas escolas da rede estadual, com professores qualificados.

2

Escola de cooperativismo voltada ao campo, com modelo de sustentabilidade próprio, para formar filhos de cooperados e produtores rurais

3

Parcerias e termos de cooperação com IFAC, UFAC e IEPETEC para levar assistência técnica, novos formandos e cursos técnicos ao interior.

4

Fortalecimento do ensino regular e técnico na zona rural, vilas e reservas extrativistas.

5

Inclusão produtiva de comunidades tradicionais, povos indígenas e assentamentos rurais por meio do cooperativismo.

6

Reconhecimento formal do cooperativismo como política pública de desenvolvimento regional e inclusão econômica.

7

Ampliação da participação da OCB/AC nos conselhos, fóruns e espaços de formulação de políticas públicas.

8

Mecanismos permanentes de diálogo entre cooperativas, governos e instituições de pesquisa.

Considerações finais



somos **coop.**

As propostas reunidas nesta Agenda refletem a experiência acumulada por cooperativas que atuam diariamente nos mais diversos territórios do Acre. São contribuições construídas a partir da realidade de produtores rurais, extrativistas, trabalhadores, profissionais de saúde, transportadores e empreendedores que encontraram na cooperação uma forma eficiente de gerar oportunidades e impulsionar o desenvolvimento econômico local.

Ao consolidar essas prioridades em sete eixos estratégicos, o Sistema OCB/AC busca oferecer aos futuros gestores públicos uma agenda propositiva, voltada à construção de soluções concretas para desafios que impactam diretamente a vida da população acreana. Trata-se de uma contribuição elaborada com espírito colaborativo, baseada na convicção de que o desenvolvimento sustentável exige diálogo, integração institucional e visão de longo prazo.

As medidas aqui apresentadas não devem ser compreendidas de forma isolada. A regularização fundiária fortalece o acesso ao crédito. O crédito viabiliza investimentos produtivos. Os investimentos demandam infraestrutura adequada, assistência técnica e inovação. A produção necessita de mercados acessíveis para gerar renda e prosperidade. E todo esse processo depende de pessoas capacitadas e de instituições fortes capazes de articular esforços em benefício do interesse público.

O cooperativismo acreano coloca sua experiência, sua capacidade de mobilização e sua presença nos territórios à disposição da construção de políticas públicas capazes de ampliar oportunidades, reduzir desigualdades regionais e promover o crescimento sustentável do estado. Mais do que representar um setor econômico, as cooperativas constituem uma ferramenta de desenvolvimento territorial, inclusão produtiva e fortalecimento das comunidades locais.

O Acre possui condições únicas para consolidar um modelo de desenvolvimento que combine competitividade econômica, valorização da sociobiodiversidade, geração de renda e conservação ambiental. O cooperativismo pode ser um dos principais parceiros nessa construção, contribuindo para que o estado avance de forma sustentável, inclusiva e capaz de transformar potencialidades em resultados concretos para sua população.

Anexo - Nota metodologica

Este documento consolidou, em sete eixos temáticos, o conjunto de 151 proposições levantadas nas reuniões setoriais promovidas pelo Sistema OCB/AC junto aos ramos Agricultura Familiar, Agropecuário, Agroextrativismo, Produção, Saúde, Transporte, Trabalho e às pautas transversais. A rastreabilidade completa – proposta original, ramo de origem, autoria e grau de consenso registrado em reunião – está no documento "Anexo – Propostas por ramo do cooperativismo acreano", que acompanha esta Agenda.



somos **COOP**»

Anexo - Propostas

Propostas por ramo do cooperativismo

Acreano

151

Proposições registradas

Registro fiel do levantamento realizado nas reuniões setoriais promovidas pelo Sistema OCB/AC

Sobre este anexo: as propostas abaixo reproduzem o que foi levantado nas reuniões, com correção mínima de digitação e sem alteração de sentido

01 AGRICULTURA FAMILIAR

A. COMPRAS GOVERNAMENTAIS

- Ampliação da participação das cooperativas pequenas e médias da agricultura familiar no PNAE e PAA
- Cumprimento de percentual mínimo das compras públicas para cooperativas da agricultura familiar.
- Melhoria das rotas de entrega de produtos do PNAE
- Fortalecimento do PAA estadual e federal sendo por cooperativas e associações e não mais individual.
- Formulação de projeto para todos os municípios executar o PNAE, o Município publica o edital, mas não executa.

B. CRÉDITO E FINANCIAMENTO

- Criação de linhas estaduais de apoio à produção familiar organizada em cooperativas
- Fortalecimento das cooperativas de crédito como agentes financiadores.

C. AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

- Implantação de pequenas agroindústrias cooperativas para beneficiamento de produção da agricultura familiar.
- Criação de benefícios/incentivos fiscais para agroindústrias de cooperativas da agricultura familiar.

D. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

- Fortalecer ações de assistência técnica e extensão rural para cooperativas da agricultura familiar.

E. REGULARIZAÇÃO

- Agilização do CAR e demais licenciamentos necessários à produção sustentável.

F. INFRAESTRUTURA

- Manutenção permanente de ramais e estradas ligadas ao setor produtivo.
(PRIORIDADE)

NOVAS IDEIAS LEVANTADAS NA REUNIÃO DO RAMO

- Liberação dos títulos definitivos dos polos e assentamentos do INCRA, pensando em liberar crédito.
 - Incentivo e acesso a tecnologias e inovações para as cooperativas da agricultura familiar
 - Criação de um programa de açudes, para sanar dificuldades com água.
 - Programa/incentivo e termos de cooperação com instituições federais (IFAC e UFAC) de assistência técnica com os novos formandos.
-

- Revisão da LEI que permite técnicos de instituições aposentados que ainda estão trabalhando mas não podem realizar atividades de campo.
- Necessidade de realização de novos concurso para as instituições de ATER para contratações de novos técnicos e jovens.
- Necessidade de realização de novos concurso para as instituições de ATER para contratações de novos técnicos e jovens.
- Realizar capacitação de profissionais em certificação de produção orgânica e outras certificações para apoiar as cooperativas da agricultura familiar.
- Realizar capacitação de profissionais em certificação de produção orgânica e outras certificações para apoiar as cooperativas da agricultura familiar.
- Programa de mecanização agrícola para a agricultura familiar, mecanização de produtores com subsídio hora/trator
- Capacitação dos técnicos responsáveis pela emissão de CAF e produtores.

02 AGROPECUÁRIO

PROPOSTAS

- Revisão da LEI que permite técnicos de instituições aposentados que ainda estão trabalhando mas não podem realizar atividades de campo.
- Conclusão de obras iniciadas em governos anteriores e estão paradas por questões diversas (pontes inacabadas);
- Buscar mecanismos juntos aos órgãos federais para viabilizar a regularização urgente de questões ambientais (prodeses, embargos, titulação de áreas rurais e etc);
- Buscar entendimentos junto ao governo do Amazonas para viabilizar diversos produtores que tem suas áreas com limites próximos de cidades acreanas, tipo Sena Madureira, Porto Acre, Cruzeiro do Sul, e que são atendidas em sua totalidade pelo Governo Acreano sem contrapartida do Governo Amazonense (haja visto que em alguns casos estão a mais de 2 mil km de distância de Manaus). incluir Rondonia também.
- Montar uma força tarefa junto ao IMAC para validar urgentemente os CAR pendentes de validação.
- Buscar entendimentos junto aos nossos Senadores, deputados federais, para que em conjunto consigamos uma solução definitiva para a nossa Br 364, da divisa de Rondônia até Cruzeiro do Sul.

- Programa de incentivo fiscal ou subsídio para melhoramento genético e qualidade do gado através da IATF (Inseminação Artificial em Tempo Fixo) para pequenos e médios produtores. Isto possibilitaria um bezerro de qualidade reduzindo tempo de abate.
- Priorizar o incremento da Bacia Leiteira
- Criar as condições para a industrialização de cem por cento da madeira oriundas de manejo Florestal.

MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

- Garantia de mínimo 40% das compras do PAA e PNAE estadual de cooperativas locais
- Criação do Selo Cooperativo Acreano para acesso a mercados e exportação
- Apoio a feiras, marketing e abertura de mercado para carne, leite, açaí, café, soja e milho.

SUSTENTABILIDADE E REGULARIZAÇÃO

- Mutirão de regularização fundiária e ambiental de áreas embargadas (CAR) para cooperados.
- Pagamento por serviços ambientais

PROGRAMA ACRE LEITE 15+

- Implantar inicialmente um projeto-piloto com 10 propriedades selecionadas, acompanhadas tecnicamente por 24 meses, com diagnóstico inicial, plano individual, metas trimestrais e avaliação independente. A meta orientadora será elevar progressivamente a produtividade média das vacas, buscando alcançar 15 litros/vaca/dia nas propriedades com potencial técnico e econômico para isso.

NOVAS IDEIAS LEVANTADAS NA REUNIÃO DO RAMO

- Acesso às propriedades
- Qualidade da Energia

- **Redução da Carga Tributária**
 - **Disponibilidade de mão de obra Profissionais na área técnica de montagem e manutenção de equipamentos.**
 - **Recuperação de áreas degradadas**
 - **Integração e Metas de Produção:** Integrar SENAR, SEAGRO e Embrapa em um programa único focado em metas reais de produtividade (referência de até 15 L/vaca/dia) e aumento da renda familiar, indo além de apenas contabilizar visitas.
 - **Adoção Tecnológica no Campo:** Incentivar o manejo rotacionado em piquetes, reserva forrageira contra a seca, melhoramento genético do rebanho e controle sanitário/qualidade do leite
 - **Crédito Vinculado ao Planejamento:** Facilitar linhas de financiamento, emendas parlamentares e subsídios para infraestrutura (resfriamento, ordenha, água e energia) com base em diagnósticos técnicos.
 - **Fortalecimento do Mercado e Cooperativas:** Garantir a absorção da produção por laticínios regionais e priorizar produtos das cooperativas nas compras governamentais e merenda escolar.
 - **Gestão Profissional e Governança:** Implantar controle financeiro e zootécnico diário na propriedade e criar um Grupo Gestor Estadual (Governo, Cooperativas, SENAR, Embrapa e Bancos) para monitorar resultados trimestrais.
 - **Benefício fiscal e tributário incentivando a produção de energia nas cooperativas - indústrias e unidades produtoras (sugestão do excesso produzido ser distribuído para outras unidades produtoras)**
 - **Remanejamento da reserva extrativista. Redefinição da área da Reserva e do plano de utilização do território da reserva.**
-

03 AGROEXTRATIVISMO

A. APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA DE ICENTIVOS À AGROINDÚSTRIA E A BIOINDÚSTRIA ACREANA

- Modernizar a política estadual de incentivos fiscais para estimular a industrialização da produção agroextrativista no Acre, ampliando a geração de valor agregado, empregos e renda no próprio estado.
- Modernizar a política estadual de incentivos fiscais para agroindústrias e bioindústrias.
- Criar tratamento diferenciado para empreendimentos que utilizem matéria-prima oriunda da agricultura familiar, do extrativismo e dos sistemas agroflorestais.
- Estimular investimentos privados na industrialização da castanha, borracha, frutas, café, mel, palmito da pupunha óleos vegetais e demais produtos da sociobiodiversidade.
- Apoiar a implantação e modernização de agroindústrias cooperativas.
- Parametrizar certificações sanitárias, ambientais e de exportação, e capacitar os fiscais e público alvo.
- Fortalecer a inserção dos produtos acreanos nos mercados nacional e internacional.
- Estabelecer políticas de atração de investimentos voltados à bioeconomia amazônica.

B. FOMENTO À PRODUÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAÇÃO DA BASE PRODUTIVA

- Aumentar a oferta de matéria-prima sustentável para abastecer as agroindústrias e ampliar a renda das famílias produtoras.
- implantar programa permanente de assistência técnica e extensão rural especializada, com orientação do cultivo, orientação da extração e do crédito rural, elaboração de projetos para capacitação de recursos não reembolsáveis.
- Ampliar a recuperação e manutenção de ramais, pontes e infraestrutura logística.
- Estruturar viveiros regionais e programas de produção de mudas.
- Expandir a oferta de insumos e equipamentos para a agricultura familiar.

- Implantar laboratórios regionais de análise e certificação.
- Apoiar a mecanização compatível com pequenas propriedades e sistemas agroflorestais.
- Implementar programas específicos para: Castanha-da-Amazônia; Borracha natural; Fruticultura amazônica; Café da agricultura familiar; Mel e produtos da sociobiodiversidade.
- Estruturar centros de armazenamento, câmaras frias e pontos de recolhimento da produção

C. INCENTIVOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS PARA SERVIÇOS AMBIENTAIS

- Reconhecer economicamente as famílias, cooperativas e comunidades que conservam florestas e produzem benefícios ambientais para a sociedade.
- Fortalecer e ampliar os mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).
- Garantir participação efetiva das cooperativas agroextrativistas nos mercados regulados e voluntários de carbono.
- Ampliar programas de incentivo à manutenção da floresta em pé.
- Criar uma política estadual de remuneração da produção sustentável.
- Atualizar e ampliar a subvenção econômica da borracha. (Garantir o pagamento em dias dos recursos previsto em LEI)
- Instituir a subvenção econômica da castanha.
- Criar mecanismos de bonificação para produtores que conservem cobertura florestal.
- Apoiar projetos de restauração produtiva, reflorestamento e sistemas agroflorestais.
- Captar recursos nacionais e internacionais destinados à agenda climática e à bioeconomia, relaciona a 1 linha de assistência técnica, sendo as cooperativas capacitadas em acesso a editais e criação de projetos

D. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E AMBIENTE DE NEGÓCIOS PARA A AMAZÔNIA

- Adequar os instrumentos de financiamento à realidade produtiva amazônica, promovendo inclusão financeira, redução da burocracia e ampliação dos investimentos produtivos.
- Revisar critérios operacionais relacionados ao CAF.
- Defender junto ao Governo Federal a criação de um PRONAF Amazônico.
- Criar instrumentos de garantia adequados à realidade das comunidades rurais amazônicas. (Fundo garantidor)
- Fortalecer cooperativas de crédito no interior do estado.

E. GARANTIR ESTABILIDADE JURÍDICA, PROTEÇÃO DOS TERRITÓRIOS PRODUTIVOS E SEGURANÇA PARA INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS DE LONGO PRAZO.

- Acelerar processos de regularização fundiária.
- Atualizar e concluir o recadastramento da Reserva Extrativista Chico Mendes.
- Proteger os territórios ocupados por populações extrativistas e agricultores familiares.
- Integrar regularização fundiária, crédito rural e políticas ambientais.
- Fortalecer mecanismos de prevenção e resolução de conflitos fundiários.
- Garantir segurança jurídica para projetos de bioeconomia e serviços ambientais.
- Consolidar espaços permanentes de governança territorial.
- Atualizar do senso rural.

F. COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

- Reconhecer o cooperativismo como instrumento estratégico de desenvolvimento regional, inclusão econômica e fortalecimento da produção agroextrativista
- Fortalecer a participação das cooperativas nas compras públicas.
- Ampliar iniciativas de inovação, transformação digital.

- Criar mecanismos permanentes de diálogo entre cooperativas, governos e instituições de pesquisa
- Reconhecer formalmente o cooperativismo como política pública de desenvolvimento
- Saneamento básico na zona rural, e assentamento do INCRA (Vilas)
- Garantir a participação de cooperativas nos programas governamentais PNAE e PAA.
- Segurança pública nas vilas, zona rural e reserva extrativistas
- Fortalecimento do ensino regular na zona rural, vilas e reserva, e ensino técnico com foco no agroextrativismo e recursos presentes dentro da reserva extrativista.
- Ampliar a Atuação do IEPETEC, IFAC e UFAC com cursos para o interior do Acre.

04 PRODUÇÃO(BENS E SERVIÇOS)

A. COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

- Fortalecer o fomento à industrialização cooperativa.

B. COMPRAS GOVERNAMENTAIS

- Priorização de produtos cooperativos em licitações estaduais.

C. INOVAÇÃO

- Criação de programas de transformação digital para cooperativas.

D. CERTIFICAÇÃO E QUALIDADE

- Aperfeiçoar e padronizar os parâmetros de certificação sanitária para cooperativas.

NOVAS IDEIAS LEVANTADAS NA REUNIÃO DO RAMO

- Diminuir a burocracia no acesso a programas governamentais, e priorizar cooperativas no Juruá para aquisição de alimentos no Juruá.
- Assistência técnica em produção da farinha, Curso técnico de gestão para as cooperativas

- Acesso a mercado fora do Estado e exportações
- Fortalecimento das cooperativas, capacitação do produtor rural para utilização do Selo do Indicação Geografica para agregar valor ao produto da cooperativa, valorizando o produtor rural.
- Escola agricola de cooperativismo no Jurua para capacitar os filhos cooperados e produtores rurais, formular um modelo de projeto sustentavel para manter uma escola de cooperativismo voltado para o campo.
- Assistencia tecnica e insumos para recuperação de areas degradadas proximo das area do setor produtivo.
- Fomento e treinamento a outras cadeias produtivas, por exemplo a piscicultura, incentivo a ter outras fontes de rendas e produção

05 SAÚDE

PARCERIAS COM O SUS

- Garantia da participação das cooperativas em processos licitatórios, convênios e termos de cooperação, assegurando a contratação de cooperativas de saúde para atendimento especializado (médico, odontológico e enfermagem).
- Fortalecimento e segurança jurídica das cooperativas de trabalho, especialmente as cooperativas da área da saúde. Uma política estadual que promova regularização, profissionalização, capacitação, apoio técnico, melhoria dos processos de contratação pública e prevenção de conflitos e passivos trabalhistas. Buscar a efetiva implementação e fortalecimento da Lei Estadual nº 1.598/2004, criando mecanismos concretos de apoio às cooperativas

06 TRANSPORTE

A. PARTICIPAÇÃO EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- Garantia de participação das cooperativas em licitações de transporte escolar e transporte público, de cargas e locação.

B. INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

- Melhoria da malha rodoviária e dos acessos aos polos produtivos.

NOVAS IDEIAS LEVANTADAS NA REUNIÃO DO RAMO

- Fortalecimento da fiscalização no transporte de cargas e passageiros (intermunicipal e interestadual)
- Assegurar a participação de cooperativas nas licitações
- Garantia de pagamento para os contratos com cooperativas
- 3889/2021 ampliação da lei para compra comércio, indústria e transporte. Programa de Compras Governamentais de Incentivo ao Transporte e Logística Regional
- Criação do Marco Regulatório de políticas públicas para o transporte e logística de cargas do Estado do Acre
- Incentivos fiscais e tributários para transporte de cargas.
- Fomento de desenvolvimento do setor de transporte, incentivo para substituição de frotas por veículos modernos e com inovação tecnológica.
- Inclusão do setor de transporte para inserir cooperativas nas rotas de logística do comércio de exportação. (levando em consideração a implantação do porto em Lima/Peru)
- Plano de Logística estadual do Acre para logística nacional e internacional.
- Melhoria de infraestrutura dos órgãos, escritório da ANTT, MAPA, PRF, PF, Receita Federal, Anvisa, DNIT, Suframa, sefaz, e melhoria de internet do interior.
- Continuação do projeto de construção do Polo Logístico.
- As gratuidades concedidas à população devem chegar no transporte coletivo intermunicipal
- Órgão gestor de transporte de logística e cargas para estado do Acre.

07 TRABALHO

A. COOPERATIVAS DE TRABALHO

- Fomentar a participação das cooperativas em políticas públicas, prestação de serviços, venda de produtos e contratações públicas, quando amparadas pela legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, Lei nº 5.764/1971 e normas correlatas), por meio de capacitações, estudos, notas técnicas e orientação institucional aos públicos envolvidos; |(citar a lei estadual do cooperativismo);
- Incluir o fato de ser cooperativa para priorizar na hora das disputas em editais públicos
- %Percentual de postos de trabalho destinado a cooperativas até certo quantitativo limitado (não reserva de mercado diretamente, equivalente as quotas em universidades) –
- Adequação dos parâmetros de editais para a realidade das cooperativas

08 PAUTAS TRANSVERSAIS

1.SEGURANÇA JURÍDICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Desburocratização dos processos públicos.

2.COMPRAS GOVERNAMENTAIS

- Ampliação da participação das cooperativas nas contratações públicas.

3.CRÉDITO COOPERATIVO

- Fortalecimento das cooperativas de crédito como parceiras do desenvolvimento regional.

4.EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

- Inclusão do cooperativismo, empreendedorismo e educação financeira nas escolas.

6.REPRESENTATIVIDADE

- Ampliação da participação da OCB/AC nos conselhos, fóruns e espaços de formulação de políticas públicas.



somos **coop**»

representa **coop**